



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1364/15	DATA: 13/08/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h10min	TÉRMINO: 11h26min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Definição do roteiro dos trabalhos. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Ata. Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 1ª Reunião. Indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação a respectiva ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente. Comunico às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que defere o Ofício nº 176, de 2015, da Liderança do PRB, que *“indica o Deputado Carlos Gomes para suplente dessa CPI”*.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que defere o Ofício nº 316, de 2015, da Liderança do PR, que *“indica o Deputado Milton Monti para titular dessa CPI”*.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que defere o Ofício nº 514, de 2015, da Liderança do PT, que *“indica o Deputado Domingos Neto, do PROS do Ceará, para titular dessa CPI”*.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que defere o Ofício nº 1.123, de 2015, da Liderança do PMDB, que *“indica o Deputado Valdir Colatto para titular dessa CPI”*.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que defere o Ofício nº 1.127, de 2015, da Liderança do PMDB, que *“indica o Deputado Geraldo Resende para suplente dessa CPI”*.



Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que defere o Ofício nº 171, de 2015, da Liderança do PSB, que *“indica o Deputado Arnaldo Jordy para suplente dessa CPI”*.

Da Associação Brasileira dos Defensores dos Direitos e Bem Estar dos Animais — Associação Viva Bicho, em que encaminha denúncias de maus-tratos de animais que vêm ocorrendo nos Municípios de Fortaleza, Iguatu, Sobral, Icó e Juazeiro do Norte, cidades localizadas no Estado do Ceará.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à definição do roteiros dos trabalhos e à deliberação de requerimentos.

Passamos à definição do roteiro dos trabalhos.

Antes de franquear a palavra ao Sr. Relator, o Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo, esta Presidência submeterá à apreciação deste Colegiado um acordo de procedimentos, que orientará o desenvolvimento das atividades da Comissão.

Determino à Secretária da CPI que distribua o texto do acordo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas. *(Pausa.)*

Acordo de procedimentos:

1. O painel de presença e a lista de inscrição de Deputados interessados em interpelar convidados e convocados serão abertos 30 minutos antes do início da reunião;
2. As reuniões agendadas para as terças-feiras iniciarão, preferencialmente, às 14 horas, e as agendadas para as quintas-feiras, às 9h30min;
3. A lista de inscrição de Deputados interessados em interpelar pessoas convocadas será encerrada no início da fala do convocado;
4. Todos os requerimentos devem conter justificativas que fundamentem os atos e devem limitar-se ao objeto de investigação da CPI;
5. Os requerimentos para oitiva de pessoas devem informar se são convidados ou convocados, além de conter justificativa para o convite ou convocação — os convocados devem ser qualificados como testemunhas ou investigados;



6. Os requerimentos que tratem de transferência de sigilo bancário, fiscal e de dados deverão conter informações para identificação inequívoca da pessoa, o período a ser analisado e a fundamentação para a obtenção dessas informações;

7. Os requerimentos que tratem de busca e apreensão deverão ser apresentados por membros da CPI com fundamentação baseada no Código de Processo Penal (art. 240 e seguintes), descrevendo pormenorizadamente o objeto de busca e apreensão, além de fundamento fático (razões) do pedido;

8. Os requerimentos de requisição de documentos deverão solicitar o envio dos dados em meio eletrônico;

9. Nos requerimentos para realização de audiências públicas externas, o autor deve solicitar também a realização de diligências;

10. A Comissão deverá realizar reuniões com momentos distintos para audiências públicas (oitiva de convidados, art. 255), tomada de depoimentos de convocados (testemunhas e investigados, art. 36, II) e comparecimento de Ministros de Estado (convite ou convocação, art. 219);

11. Durante a oitiva de convocados, poderão usar a palavra o convocado por até 20 minutos, o Relator por 30 minutos e 3 minutos os demais Parlamentares.

12. As vistas aos documentos do processo, depois de autorizadas pelo Presidente, serão concedidas durante o expediente ordinário da Câmara dos Deputados;

13. Os documentos que contenham informações sigilosas, não classificadas na origem, recebidos ou produzidos pela CPI, deverão ser classificados pelo Colegiado ao final da respectiva reunião.

Indago aos nobres Deputados se aprovam o acordo de procedimentos.
(Pausa.)

Aprovado.

Na reunião interna, houve manifestações sobre a questão das sub-relatorias. Este seria o momento das designações.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Gostaria de propor uma sub-relatoria de legislação, destinada a analisar a legislação vigente sobre o tema e elaborar proposições legislativas necessárias.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, eu, como Relator, ia sugerir que primeiro fizéssemos o encaminhamento das questões todas para que, numa próxima reunião, discutíssemos a realização ou não das Subcomissões, porque senão nós vamos nos perder aqui, e a assessoria técnica não terá uma direção para encaminhamento. Isso não impede que cada Deputado, na linha que V.Exa. já levantou, fique incumbido de fazer o seu levantamento, a sua apresentação, independente da questão das sub-relatorias, porque o nosso receio é que, se nós abirmos demais essa aferição, nós não teremos o resultado pretendido. Não é nada que obsta a solicitação de V.Exa.

Então, solicitaria que nós adiássemos esta discussão para a próxima reunião, porque aí, sim, nós já teríamos um relatório do volume de solicitações feitas e nós poderíamos apresentá-las.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - A intenção, Deputado, é que uma sub-relatoria propositiva possa ajudar nos trabalhos, para que, ao final desta CPI, possamos sair com algumas proposições, com um projeto, para que possamos buscar resultados práticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado Nildo Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou entendendo a preocupação do Deputado Tripoli, mas também está na pauta aqui uma série de requerimentos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Isso podemos deliberar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É como se estivéssemos com o carro andando, e vamos consertando o pneu. Eu não li ainda o roteiro de funcionamento, o programa de funcionamento não foi distribuído...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu pedi que fosse distribuído. Não foi distribuído?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ele não foi distribuído.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu pedi que distribuíssem cópias.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO -. Eu imagino que sim. Nós vamos tomar conhecimento dele.

Também é objeto de deliberação aqui a questão das relatorias. A estrutura de funcionamento nós vamos construir, mas já estão na pauta requerimentos, que, eu



imagino, nós vamos aprovar e vamos tocar em frente, mas sabendo que não vai estar pronta aqui hoje a estrutura de funcionamento da Comissão. Eu acho que é esse o sentido em que nós estamos trabalhando.

Então, nesse sentido também, nessa linha, eu queria sugerir aqui que seria bom, já, nesta reunião, que também se levantasse aquilo que existe em termos de propostas. Evidentemente, depois terão que protocolar oficialmente propostas de sub-relatorias. Nesse sentido, quero propor uma sub-relatoria para tratar de atropelamentos de animais silvestres nas rodovias e vias dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dando uma sugestão aqui também, eu acho que, quanto à questão levantada das sub-relatorias, poderíamos fazer o seguinte: nós vamos ver agora a definição do roteiro dos trabalhos, proposto pelo Relator, e depois votamos os temas, como o Deputado Tatto sugeriu, a divisão de temas, que temas que nós vamos tratar na CPI. E aí poderemos, sim, designar as sub-relatorias por temas ou propositivas, não sei. Mas isso seria depois da leitura do roteiro dos trabalhos do Deputado Ricardo Tripoli.

Tem a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu acho que começamos mal. Nós nem abrimos a CPI, e já estamos discutindo. Não tomamos café, mas já queremos saber qual é a manteiga do pão. *“Devagar com o andor, que o santo é de barro.”* Se fôssemos falar do Ceará, eu poderia dizer assim: *“Reservem o Ceará, porque o condado é meu”*. E eu sou da União Internacional Protetora dos Animais. Acho que não é por aí. Primeiro, vamos por partes. Vamos ver como conduzimos isso aqui, qual é o pensamento, etc. e tal, quando é que nós podemos fazer requerimento. Estão entendendo? Eu tenho uma proposta de fazermos um manifesto contra esse idiota lá que pagou 50 mil dólares para matarem um leão. Eu acho que nós podemos nos manifestar, em nível de país, que isso é um absurdo.

Nós temos que ver qual são os procedimentos das BRs. Nós temos, no Ceará, a denúncia de jumento servindo de alimentação para chinês — eu não sei se foi oficial. Um promotor no Rio Grande do Norte aconselhou a degustação de carne de jumento no Estado — eu gostava de jerimum no Rio Grande do Norte —, dizendo que poderia ser alimentação para os presos, discriminando-os. É uma questão



discriminatória. Por que dar essa carne para o preso? Acho que alimentação é cultural. Há quem coma gafanhoto, muçum. Eu não consigo...

Eu quero parabenizar o Presidente pela direção dos trabalhos. Espero que tenha condições de dirigir os trabalhos dentro de seus aspectos, e nós vamos apresentando os temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra Deputado Geraldo Resende

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu acho que as duas propostas não são conflitantes. Eu participei, há pouco tempo — e quero parabenizar V.Exa. porque está com a mesma equipe —, como Presidente, da CPI de Órteses e Próteses. Acho que a proposta do Deputado Relator não colide com a proposta do Deputado Alexandre Serfiotis. Eu entendo que nós podemos discutir a questão das sub-relatorias na próxima semana, após verificarmos o roteiro dos trabalhos. A sub-relatoria é importante, Deputado Relator, não retira papel do Relator. Ao contrário, nós estamos vivenciando uma Câmara onde o Presidente está muito cobrador na questão do prazo regimental. É um prazo muito curto. Tivemos que acelerar a CPI das Órteses e Próteses. Ficaram várias questões que poderiam ser aprimoradas se nós tivéssemos um prazo mais elástico.

Então, eu acho que podemos discutir isso na próxima semana, e sou concorde com que nós tenhamos Sub-Relatores em áreas temáticas previamente definidas, para que subsidiem o trabalho do Relator, para que possamos fazer um relatório que expresse a preocupação desses Parlamentares da Casa envolvidos com a questão dos maus-tratos.

Quero dizer que Mato Grosso Sul e Mato Grosso são Estados onde é muito visível essa questão da morte de animais nas rodovias. Nós precisamos discutir isso. Acho que nós podemos até fazer visita a esses dois Estados, para verificar a mortalidade tremenda nas BRs que os cruzam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passemos à definição do roteiro dos trabalhos da CPI.

Esclareço que o Sr. Relator, Deputado Ricardo Tripoli, fará a leitura de sua proposta de roteiro, a qual poderão ser oferecidas sugestões por todos os membros. Esclareço ainda que o objetivo do roteiro dos trabalhos é planejar as ações,



estabelecendo-se prioridades e critérios para o debate, visando à otimização do tempo, à eficácia e à produtividade. Assim, a aprovação de temas ou nomes sugeridos pelo Relator e sua proposta não sugerem exigência regimental da apresentação de requerimentos. De outra forma, a definição do roteiro dos trabalhos não se sobrepõe à prerrogativa regimental do Presidente, inscrita no art. 47 do Regimento Interno, de organizar a Ordem do Dia das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli, para apresentar a proposta de roteiro dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Bom dia a todos, Presidente Ricardo Izar, Deputados e Deputadas que participam desta, eu diria, importantíssima Comissão Parlamentar de Inquérito, que pretende, ao término, ver apurados os crimes de maus-tratos contra os animais do nosso País e, obviamente, com referência a outros países que também cometem atrocidades na mesma dimensão, do que nós já temos aqui conhecimento.

Eu tive a oportunidade de conversar com alguns Parlamentares — fizemos uma primeira reunião ontem com a assessoria técnica — no sentido de buscarmos a amplitude dos temas. Percebo, pelas últimas reuniões que nós fizemos, que há uma concentração por parte dos Parlamentares na questão dos animais chamados domésticos — isso é natural, porque eles estão mais próximos de nós —, mas nós não podemos esquecer que nós temos os silvestres, que são animais muitas vezes utilizados para o tráfico e que se transformam em moeda de troca, sem contar os abusos cometidos contra essa área exclusiva da Lista Pet, por exemplo, que é um dos itens mais debatidos hoje no Brasil. Há também os chamados exóticos, que são os nossos animais que estão em circos, que estão em zoológicos, que são animais não nascidos no Brasil e que, muitas vezes, trazidos para cá, vivem de maneira extremamente desarmônica com o seu *habitat*, muitas vezes não tendo parceiros da mesma espécie para coabitar com eles alguns espaços.

Portanto, nós teremos três frentes na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito que seriam: os domésticos, os silvestres e os chamados exóticos.

O esboço do plano de trabalho, obviamente, não está ainda definitivo. Nós vamos recepcionar as solicitações, as contribuições dos Parlamentares. A ideia é



dar volume. O grande receio que nós temos é que, se nós nos dispersarmos nos temas, eles serão muitos, eu não tenho dúvidas. Pelo volume de solicitações que nós recebemos em todo o Brasil nesses últimos 20 anos, o volume é enorme.

Então, nós temos que ter foco na nossa CPI. Nós não podemos nos perder em alguns detalhes. Não que os fatos não sejam importantes. Acho também que, no encaminhamento dessas discussões, alguns que já sejam casos que devam ser enviados às polícias locais, que já façamos a remessa às polícias locais: *“Olhe, temos aqui uma denúncia de maus-tratos”*. Se o caso for de uma certa gravidade que já ultrapasse esse limite, vamos ao Ministério Público Federal, aos Ministérios Públicos Estaduais, conforme nós formos recebendo, vamos separando esses casos.

Outra coisa que eu gostaria — e aí é na linha da inovação — é que nós também aproveitássemos esta CPI para discutirmos causas propositivas. Existem muitos santuários ecológicos, existem muitos protetores de animais que exercem um trabalho fantástico que muitas vezes deveria ser exercido pelo poder público, e não o é, e que poderia servir de exemplo de como é que nós poderíamos conduzir políticas públicas voltadas para essa área específica da proteção aos animais.

Portanto, eu vou, primeiro, então, ler aqui o esboço do plano de trabalho, esperando contar obviamente com a colaboração de todos, que será fundamental. Provavelmente, em alguns momentos, nós teremos aqui o conflito do contraditório, porque nós teremos posições antagônicas, posições divergentes, mas que serão muito importantes para o resultado.

Eu acho que nós estamos um pouco confinados hoje nesta Comissão. Nós queremos espelhar, pelo menos, uma parte da parcela do Congresso Nacional. Nós sabemos que há um preconceito muito grande no que diz respeito a esta causa especificamente. As pessoas ainda não veem isso como uma questão importante no que diz respeito à socialização dos idosos, dos jovens, dos adultos, enfim, de que maneira nós podemos trazer essa capilaridade da questão da proteção e dos bons tratos aos nossos animais.

Portanto, vou me permitir ler o roteiro. Solicitei que fosse entregue a todos uma cópia e, se puderem, leiam conjuntamente comigo. Depois, ao final, farei



algumas explicações e responderei a algumas indagações das Sras. e Srs. Deputados.

Nós temos o prazo de 120 dias, a conclusão dos trabalhos deverá se dar no dia 4 de dezembro. Obviamente, nós queremos entregar um pouco antes para que ela tenha a eficácia devida. A ideia seria inicialmente relatar os nove fatos determinados que levaram à criação da CPI, os desfechos de cada um dos casos, com requerimentos de informações; resumo dos fatos; análise e sugestões para melhoria da aplicabilidade da legislação em vigor; encaminhamento, caso necessário, ao Ministério Público; fios condutores — nós colocamos aqui — que abarquem a maior amplitude da fauna e os seus problemas.

A primeira delas é CCZ — Centro de Controle de Zoonoses, um tema extremamente debatido no dia de ontem. Há uma preocupação, porque os Municípios, em tese, deveriam ter os seus Centros de Controle de Zoonoses, mas com uma visão moderna. Sabemos que 60 anos atrás, quando se identificaram as zoonoses, a ideia era exatamente um animal doméstico recolhido na rua, depois de 1 semana não reclamado pelo proprietário, ser levado à câmara de exaustão, de contenção de ar. Eles eram asfixiados ali, jogados nos caminhões de lixo e levados para os aterros sanitários ou para os lixões. O CCZ ainda tem a marca muito forte de não cumprir o seu papel, que é o de absorver esses animais abandonados e dar a eles um destino correto, e não o extermínio pura e simplesmente deles.

Então, a questão dos Centros de Controle de Zoonoses requer que façamos um exame e apresentemos uma proposição no final da CPI que possa mudar essa visão, quem sabe transformando-os em hospitais públicos municipais e separando a parte de zoonose, que ficaria com a erradicação da questão das abelhas, dos roedores, enfim, para que não haja mais essa contaminação, vamos dizer assim, nas funções exercidas pelo Centro de Controle de Zoonoses.

Continuo: relato dos problemas em audiência pública com participação do Ministério da Saúde — já há um requerimento, que o Presidente deve submeter à votação —; ênfase das experiências positivas. Eu disse que é a área que nos interessa. Há alguns casos de Florianópolis, Canoas, Curitiba, Conselheiro Lafaiete. Há na cidade de São Paulo os dois primeiros hospitais públicos de cães e gatos, os primeiros no Brasil; eu diria que no mundo, porque nos chegaram informações de



que não existia ainda nada semelhante a esse atendimento público no que diz respeito ao trato de cães e gatos, chamados animais domésticos.

Tráfico de fauna de silvestres é o segundo item que eu havia abordado no início: partir das conclusões da CPI da Biopirataria e da CPI do Tráfico de Animais e Plantas Silvestres. Nós tivemos duas na Câmara há algum tempo. Seria importante consolidarmos esses trabalhos que já foram realizados aqui na Câmara. Não podemos dispensar esse material, que, eu diria, ainda é jovem e que pode ser aproveitado, porque está extremamente atualizado. Não haveria nenhuma perda; pelo contrário, haveria uma grande contribuição para que pudéssemos somar a essas conclusões já realizadas.

Segundo: avaliação do andamento, da inação das propostas anteriores. Algumas deveriam ter seguido certo curso, e não seguiram e foram interrompidas. Nós vamos também avaliar por que houve essas interrupções, qual foi o interesse que se sobrepôs ao fato de esses casos não terem perseguido o seu curso natural e terem sido obstruídos por algum motivo. Seria fundamental que a CPI tomasse as informações nesses casos.

Outro ponto: audiência pública com os responsáveis pelas recomendações das duas últimas CPIs; problemas e entraves que foram encontrados para executá-las. Há vários casos ilustrados e demonstrados na nossa CPI.

Terceiro item: animais em espetáculos e exibição, animais exóticos e domésticos. Não há como nós, numa CPI de proteção e de bem-estar animal, não discutirmos os casos chamados críticos. Não há uma posição de que ela não possa ser contestada. Nós podemos até não aceitar, mas eu acho que temos que ouvir as partes. Todos sabem da minha visão no que diz respeito a essas questões, mas nós estamos abertos a ouvir posições divergentes. E, obviamente, teremos aí o Colegiado, que deverá decidir qual é a melhor solução para esses casos.

Eu me refiro aqui especificamente aos animais de espetáculos e exibição, chamados exóticos, e alguns domésticos, no caso dos zoológicos e dos chamados santuários, que abrigam muitas vezes os animais que são acolhidos, principalmente os silvestres, quando não há um local...

Existe um problema muito sério hoje. A própria polícia, não havendo um local adequado, muitas vezes deixa como fiel depositário o próprio delinquente que



comete o crime, e fica ele senhor daquele animal, que depois não se vai encontrar provavelmente mais, porque ele vai apresentar um laudo ou algum documento dizendo que o animal faleceu e ele não é mais detentor daquele animal. Isso acontece no Brasil.

Durante a explanação, vamos mostrar isso a V.Exas. Foram vendidos animais brasileiros que custam de 500 a 1 milhão de reais uma espécie, para fazer obviamente a multiplicação, o acasalamento deles e a venda deles na Europa, na Ásia, em alguns países. No decorrer da CPI, nós vamos mostrar o que vem acontecendo dentro desse nosso arco e proposição de trabalho. Há não só a questão da maldade contra com os animais, mas também um grande empenho econômico por trás dessas questões. Nós vamos ter que tocar o dedo na ferida desse problema.

Sobre os circos um projeto de lei tramita, se não me falha a memória, há uns 8 anos aqui na Casa. Conseguimos aprovar o fim do uso de animais em circo em todas as Comissões, inclusive por unanimidade na última Comissão de Justiça de que participei, e ainda não foi colocado em votação no Plenário. Esse é um dos projetos importantes, o do fim de animais em circo. Nove Estados brasileiros já proíbem o uso de animais em circo. Levar um animal para um circo é confiná-lo em prisão perpétua. Ele vai do picadeiro para a jaula, da jaula para o picadeiro, mas não vai ter a liberdade que deveria ter. E animal não é para exibição. Os circos modernos, os circos que hoje levam público são circos que não têm animal. E temos que estimular o artista, o circense, sem levar os animais às maldades.

Rodeios é um item que eu não preciso dizer que será polêmico. Já conversei com o Deputado Ricardo Izar. Não podemos nos eximir, numa CPI de maus-tratos, de falar de rodeios. Não dá! Não há como! Sei que existem membros da Comissão que estarão defendendo a causa, estarão defendendo algumas formas diferenciadas. Embora eu tenha uma visão muito clara a respeito disso, o debate será salutar.

Já fiz uma proposta: que tenhamos aqui duas ou três pessoas que defendam rodeio e duas ou três pessoas que sejam extremamente contrárias à figura do rodeio. É com a demonstração delas que eu acho que haverá o convencimento dos pares, para que possamos avançar nesse ponto, que muitas vezes se torna



problema de não convergência na Comissão. Esta Comissão não pode obviamente ficar fora desse tema, muito requisitado inclusive pelas entidades ambientalistas, protetoras dos animais, e por muitos segmentos.

Foi dita aqui a questão do jegue, por exemplo. Há um ofício em que o Ministério das Relações Exteriores contradita o Ministério da Agricultura. Ele disse que não havia autorização de exportação, e o Ministério das Relações Exteriores disse: “Não, há autorização. Foi feito um acordo”. Quer dizer, é uma dicotomia, uma visão completamente diferenciada de ambas as áreas que lidam, tratam essa questão. Elas deverão ser ouvidas aqui também.

Quanto a audiências públicas, casos emblemáticos, temos alguns casos emblemáticos, o do boto, na Amazônia, por exemplo. Outro dia, em conversa com Parlamentares da região, eles diziam que nós temos que mudar a cultura de o boto ser utilizado como isca para pesca de peixes. Se usamos produtos transgênicos, por que não temos iscas de peixe que não sejam os botos retalhados para servir de uma forma de buscar os peixes na Amazônia? Vamos pensar, vamos discutir, vamos evoluir. Não podemos, na verdade, é ter receio dessas discussões.

Outro ponto: encaminhamento pelos integrantes da CPI de casos bem fundamentados e documentados em seus respectivos Estados. Por que colocamos aqui “fundamentados e documentados”? Vamos ter que tomar muito cuidado, porque é comum — e todos os Deputados terão esse problema — recebermos *e-mails*, telefonemas: “Olha, a minha vizinha está maltratando o animal!” Não digo que isso não seja um problema. Não acho que isso seja irrelevante. Mas vamos ter de conduzir, dentro da esfera da assessoria técnica, a separação desses casos.

De imediato, assim que recebermos as informações, devemos separar esses casos para que possamos dar diligência, velocidade a essas apurações.

Estabelecimento de prazo para o envio dos casos ou problemas sistêmicos ao *e-mail* da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu solicito à Secretaria que encaminhe não só para mim, Relator da matéria, e para o Presidente, mas principalmente à assessoria técnica a mesma cópia, para que haja uma sinergia entre nós na rapidez da tomada de decisões e do encaminhamento. Os membros da Comissão também poderiam ter acesso, para verificar se têm interesse por determinado caso, se está dentro da sua área de



atuação, se é do seu Estado de representação. Isso também é importante, fundamental.

Cada um de nós vai ter oportunidade de, no seu Estado, na sua área de atuação, conversar com técnicos, cientistas, protetores e pessoas simpáticas à causa do bem-estar do animal. Com certeza, isso trará uma grande contribuição para todos nós.

Há outros pontos: apanhado das proposições em apreciação na Câmara dos Deputados; estágio da tramitação; prioridades de votação, às quais eu me referi há pouco — creio que vamos ter de elencar as votações; e encaminhamento dos casos melhor documentados ao Ministério Público.

Muitas vezes as pessoas que lidam com proteção animal — e aí vamos ter que tomar certo cuidado — nem sempre sabem qual a função específica da CPI. Nós temos uma limitação de poder.

Vamos, na verdade, buscar o máximo possível de casos que sejam emblemáticos, para que façamos uma grande marca no Congresso Nacional, no sentido de que exista um segmento nesta Casa que tenha essa vocação: proteção aos nossos animais. E aí vamos ter de trabalhar conjuntamente. Não dá para trabalharmos isoladamente. Ou seja, o texto final deverá ser incorporado por todos, senão teremos dificuldade na sequência.

As entidades, como todos sabem, estão em desespero por conta de não terem recursos próprios para poder saudar as suas dívidas. As entidades domésticas mais antigas do Brasil, como a UIPA — União Internacional Protetora dos Animais, de São Paulo, com 123 anos, e a SUIPA — Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, do Rio de Janeiro, com 75 anos, são órgãos que estão sem condições financeiras para continuar o seu trabalho. Como elas, imagino que no resto do Brasil haja também outras entidades.

Então, vamos incluir também projetos que, além de isentar a dívida já existente, como foi feito no Brasil em vários outros casos, ofereçam outras condições. Há universidades que se dizem filantrópicas, mas sabemos que muitas delas de filantrópicas não têm absolutamente nada. As entidades de proteção animal, sim, vivem da contribuição individual de pessoas que possam ajudar a mantê-las. Então, temos que estimular também essa questão.



Portanto, Sr. Presidente, não me alongarei muito mais. Vou encerrar a minha fala. V.Exa., com certeza, vai abrir a palavra aos Parlamentares. Estarei em contato direto com a assessoria técnica. Em São Paulo, solicitei à Dra. Viviane Cabral, advogada combativa nessa área, que tem uma interface com as entidades brasileiras de proteção animal nas três esferas, que também colabore com a assessoria técnica. Já demonstrou, na reunião de ontem, profundo conhecimento, busca pelo assunto. Essa integração será muito importante para todos nós.

Muito obrigado.

Um ótimo trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para se manifestar sobre o roteiro de trabalho apresentado, passo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Quero fazer algumas observações nesse acordo de procedimentos.

Primeiro, sobre o horário da reunião. A reunião foi agendada para terça-feira. Iniciará, preferencialmente, às 14 horas, e às quintas-feiras, às 9h30min. Eu acho que a de terça-feira é um inferno para nós, porque temos de estar em três, quatro ou cinco Comissões ao mesmo tempo. Na quinta-feira, eu até vejo como um horário mais razoável. Às vezes, as pessoas querem viajar. Mas vamos ver como ficará essa história aqui, porque eu sou da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Defesa do Consumidor. Nesta aqui, eu sou titular e não suplente. Então, eu queria ver como faremos. Esse aqui não é um problema só meu. Todos nós temos o mesmo problema.

Segundo, quanto ao item 11 — *“Durante a oitiva de convocados, poderão usar da palavra o convocado por até 20 minutos, o Relator por 30 minutos e 3 minutos pelos demais Parlamentares”* —, pediria à Mesa que analisasse a possibilidade de o expositor falar por 15 minutos e, dependendo do caso, poder esticar esse prazo. Nós Parlamentares às vezes queremos esticar o bode. Somente 3 minutos não dá para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Este Presidente é paciente. Ele estende.



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sim. Se o Presidente vai ter paciência, já vai entender o que eu disse. Às vezes queremos terminar o raciocínio e não podemos, porque 3 minutos... Lei é para ser cumprida e não só para ser colocada.

Eu tenho algumas coisas aqui, Presidente e secretário. Nós sabemos que o foco principal da CPI é maus-tratos dos animais. E acho que dele nós não devemos sair.

Primeiro, eu vou dizer o que estou pensando. Depois, vou transformar em requerimento, como os demais Parlamentares. Por exemplo, a primeira proposta é para investigar maus-tratos ao jumento, abate e exportação de carne. Deve-se verificar no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e no Ministério da Agricultura quais medidas já foram tomadas.

No Ceará há livros sobre jumento, do Padre Antônio Vieira, que inclusive foi Deputado muito tempo aqui, um dos mais antigos. Lá, nós, que militávamos nessa área aqui, tivemos que tomar algumas atitudes porque o Governo, na época, fez um curral para colocar os jumentos que eram presos nas estradas. Mesmo assim, parece-me que conseguimos mandar para a China algo em torno de 300 jumentos. Na colocação de V.Exa., foram citadas relações exteriores, o que eu acredito que sim. Eu acredito que sim. A imprensa traz o caso do Rio Grande do Norte e também do promotor que está incentivando a utilização da carne de jumento, mas com preconceito. É só para os detentos. Começa por aí. A pessoa já está presa e ainda é obrigado a comer o que o Estado consegue lhe dar. Então, nós temos de ver como vamos fazer isso aí. O IPA, no Ceará, tem dificuldade. Nós entramos com o nosso, mas vamos ver como conseguimos fazê-lo.

A outra proposta, Sr. Presidente, também vamos fazer requerimento, é sobre a investigação do tráfico de animais silvestres, o que também está no plano. Não é isso?

Eu sei que no aeroporto há aquela publicidade muito interessante da Polícia Federal em que um cara passa com os animais e volta com o animal preso na gaiola. É muito boa aquela propaganda e chama muita atenção.

Nós queremos convidar o Instituto Chico Mendes — ICMBio, órgão ambiental do Governo brasileiro, criado por lei, etc. e tal. Queremos saber sobre a experiência deles nesse sentido.



Eu trabalhei na Diocese de Crateús. Essa questão da leishmaniose tanto ocorre em animal como em gente. E é uma coisa horrível. Os médicos que conhecem isso acabam sem coragem, viram os olhos, fecham os olhos, porque é uma coisa feia mesmo. Agora, acho também que não deve ser como muitas Prefeituras do interior que só têm o nome do departamento e matam no tiro.

Outra questão. Nós temos vários interiores no Brasil que não têm condições de ter um abatedouro. Fazem consórcio e fica a briga: *“Vai ficar no meu lugar”*.

Vamos ver se cabe, dentro da CPI, uma maneira de resolvermos esse problema, se é possível através da determinação de uma lei. Não sei se esse será o nosso foco, mas, se houvesse uma Comissão, poderíamos ver como é o abatimento do boi. Esse rapaz que tem o mais rico abatedouro animal, o Friboi, deve ter uma tecnologia muito avançada.

Eu falo do Nordeste, porque eu conheço. Quando você vai ao Nordeste, até bem pouco tempo, era com machado no meio do chifre do boi, o bicho caía tremendo, e o cabra empurrava a faca no lugar correto. Dizem que isso tira a qualidade da carne, mas eu não estou nem preocupado com isso, estou preocupado é com o animal. Então, eu quero colocar isso também no plano.

No mais, as sub-relatorias, a que todo mundo se referiu, são para ajudar e não para disputar a relatoria.

Como serão essas viagens, uma vez que o Ceará já está solicitando isso? Será que tem estrutura suficiente? Nós vamos utilizar as Assembleias Legislativas, por intermédio dos Parlamentares que conhecemos, ou vamos ao Ministério Público? Também gostaria que definíssemos isso. Será que, em todo atendimento, vamos ter que correr para lá, ou fazemos um roteiro, quando estivermos no Nordeste, para aproveitar tudo de uma só vez?

Sr. Presidente, estou à disposição, quero dar a minha contribuição, mas levando em consideração o título da CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Alexandre Serfiotis.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Mais uma vez, bom dia.



Deputado Ricardo Tripoli, não sei se cabe aqui uma sugestão no plano de trabalho com relação aos animais. Como foi dito, existem essas carroças que disputam os espaços, nos centros urbanos, com animais que ficam trabalhando 12, 16, 18 horas por dia, animais velhos, idosos, que passam o dia inteiro arriados, sem comida e sem água. Eu gostaria de sugerir que esses animais, os cavalos que fazem esse trabalho, possam ser incluídos no relatório.

Quando você está no centro urbano, nas cidades, só de ver aquilo, já dá vontade de descer do carro, mandar desarriar e levar embora.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A sugestão do nobre Deputado é fundamental, é um dos temas que eu diria importante, não há Estado brasileiro que não tenha esse problema.

V.Exa. poderia já fazer um ofício solicitando isso, e nós o enviaríamos a todos os Parlamentares para saber o que existe em cada Estado, como o de V.Exa. Por exemplo, concentraríamos um trabalho para saber qual seria a melhor saída que alguns Estados ou Municípios têm encontrado para acabar com isso.

Eu não tenho sombra de dúvida de que é uma agonia para nós assistirmos a essas cenas, como V.Exa. assistiu.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Os cavalos são chicoteados no meio da rua, o dia inteiro. É horrível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou pedir um favor aos Deputados, antes de passar a palavra aos inscritos. Estão querendo ocupar esta sala. Então, temos de ser breves, vamos acelerar, porque vai ter outra CPI aqui neste mesmo plenário.

Passo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Com relação ao horário, para mim, é melhor o horário que está proposto aqui: na quinta e na terça. Eu só não gostaria que coincidisse com outras Comissões, mas isso dificilmente vai acontecer, porque seria para todos.

Quero só reafirmar agora, no momento adequado, porque acho que não foge do foco da Comissão o atropelamento de animais silvestres nas rodovias, ferrovias e estradas. São milhões por ano, e de fato precisamos buscar isso. Há outro aspecto



que vai nesse sentido também, porque isso implica discutir sobre as obras de infraestrutura, principalmente as rodovias. É uma coisa que não está ainda muito bem resolvida pensar nas escadas, no caso da construção de hidrelétricas, das represas. E eu acho que entra um pouco nesse tema.

Então, eu proponho que esse tema seja trabalhado. Depois vamos formalizar isso. Sugiro que se crie uma sub-relatoria sobre essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Um dos assuntos é esse que o Deputado já disse: a questão de muita mortalidade de animais nas BRs. Nós temos tanto no Mato Grosso, que é do Deputado, como no Mato Grosso do Sul — eu estava discutindo com a Deputada Tereza Cristina aqui —, números expressivos de mortes de animais, muitas vezes pelos próprios condutores de veículos. Mas não dá para... Temos que fazer essa discussão para ver que saída vamos ter. Se vamos ter algumas passagens ao longo das BRs, porque as BRs são muito extensas e, logicamente, não dá para fazer... Nós não temos nem dinheiro para construir novas estradas no País, hoje, ainda mais para colocar proteção ao longo delas. Mas é uma discussão que, certamente, nós vamos ter.

A questão dos rodeios é um embate que nós vamos ter que fazer. Isso é cultural, assim como as vaquejadas no Nordeste, e como os clubes de laço que hoje ganham expressão muito grande em vários Estados da Federação, principalmente no meu Estado, o Mato Grosso, e no Paraná. Recentemente, inclusive, estivemos aqui com todo o pessoal que faz disso uma atividade que já é cultural e tem uma percepção muito diferente da de alguns setores da sociedade. Nós que vivenciamos isso sabemos muito bem o cuidado, o zelo que eles têm com os animais.

Quero também dizer que há alguns projetos que se encontram na Casa. Há um projeto de minha autoria — eu quero trazer esse debate aqui — que é importantíssimo. Eu sou médico, convivo desde estudante de Medicina com o verdadeiro sacrifício que têm os animais nos Centros de Controle de Zoonoses quando eles são portadores de leishmaniose. E há um debate na sociedade, um debate que está muito vivo hoje, sobre tratamentos alternativos, sobre a vacina. Nós elaboramos um projeto sobre política nacional de vacinação contra a leishmaniose.



Esse projeto tem como Relator o Deputado Mandetta, do meu Estado, que foi Secretário de Saúde de Campo Grande. Já realizamos várias audiências. O projeto já estava pronto para ser votado. Agora, outro Deputado propõe, o Deputado Odorico Monteiro, que há pouco tempo ocupava espaço privilegiado no Ministério da Saúde, nova audiência. Ou seja, uma forma de protelação para termos um desfecho desse projeto.

Então, já estou propondo um debate sobre esse projeto, porque, certamente, nós vamos evitar aquilo que acontece hoje. A única política que tem contra os cães portadores de leishmaniose é a eutanásia, ou seja, a morte de milhares e milhares de cães em todo o País.

Eu acho que nós precisamos levantar, inclusive, a criação de uma subcomissão. Certamente, vamos acompanhar esse projeto e novas legislações que porventura possam dar contribuições sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Esse projeto eu conheço bem. Parabéns pelo projeto!

Deputado Capitão Augusto.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu até ia fazer um pedido ao nosso Relator, Deputado Ricardo Tripoli. V.Exa. sabe muito bem da minha posição, principalmente no que tange à questão de rodeios. Não me furto aos debates. Poderíamos trazer amplos debates aqui. Tenho condições de trazer até médicos veterinários dos Estados Unidos para falar sobre a questão dos rodeios. Nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, a questão da legislação de proteção aos animais é muito mais rigorosa do que a nossa, muito mais eficiente, eficaz, e mesmo assim os rodeios são os grandes espetáculos lá. Então, não é uma questão de debate.

Eu acho que, até do que foi abordado aqui — tantos temas mais importantes para avançar, para debater, como sobre animais silvestres, animais de zoológicos, animais domésticos, maus-tratos —, até pelo prazo exíguo que nós temos, de 120 dias, abrir esse debate, neste momento, atrapalharia a questão da CPI. Não pela questão de se furtar ao debate, Relator. É a questão, realmente, de pautarmos coisas mais importantes nesta CPI. Temos diversos projetos tramitando nesta Casa referentes a rodeios. Há o de V.Exa., para proibir a questão de rodeios; o de minha



autoria, para considerar a questão dos rodeios patrimônio cultural imaterial. Temos mais de mil cidades que realizam anualmente seus rodeios. São milhares de empregos gerados. Já temos a Frente Parlamentar do Rodeio aqui, que conta com mais de 200 Deputados Federais e Senadores. É realmente uma paixão popular há mais de 100 anos.

Eu acho que, neste momento, trazer um tema desse tamanho para esta CPI, na qual poderíamos realmente direcionar para ajudar na questão dos maus-tratos aos animais, não seria bom.

Eu faria o seguinte apelo, Deputado: que V.Exa. reconsiderasse, no esboço do plano de trabalho, e retirasse a questão dos rodeios. Poderemos debater esse tema em outra oportunidade. Repito: não me furto a debater, em hipótese alguma. Trago, comprovo e sempre afirmo para todos: há um estigma da questão de rodeios que, na realidade, é mais por falta de informações do que, realmente, de fato acontece. Há a questão dos touros de rodeios. Está aí a festa de Barretos, que vai começar no dia 21 de agosto, e eu convido V.Exas. para ir lá conhecer como são tratados aqueles touros.

Falo mais ainda: nós não falamos nada do abate dos animais. O touro que não pula, minha gente, vai para o abate, assim como qualquer gado normal. Em 2 anos vai para o abate. Sorte daquele touro que tem instinto para pular: tem veterinário próprio, tratador próprio, ração própria, é uma vida diferenciada. Touros que chegam a valer 1 milhão de reais! Eles são utilizados, no máximo, uma ou duas vezes por semana, durante 8 segundos, se quem estiver em cima ainda conseguir segurá-lo.

Então, não é questão de furtar-me ao debate. A questão que eu acho, pela força que tem a questão de rodeios, inclusive nesta Casa, com mais de 200 Parlamentares presentes, é que trazer este assunto agora, nesta Comissão, realmente, pode atrapalhar temas mais importantes nos quais poderíamos avançar.

Aqui fica o meu pedido ao Deputado Ricardo Tripoli, meu conterrâneo: que reconsidere, a fim de que possamos tratar dessas questões ou em outras Comissões, os projetos de lei já estão apresentados, ou em outra oportunidade. Talvez até numa CPI própria dos rodeios, e não me furto a discutir esse assunto.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quando eu abri a fala, eu disse que seria um dos grandes temas aqui e que causaria, talvez, uma certa espécie. Mas é natural, porque esse é um tema que já há muitos anos vem sendo debatido. Nós sabemos que no nosso Estado de São Paulo vários Municípios proíbem e vários Municípios concedem. Como no Brasil inteiro, há várias cidades que proíbem e outras não.

Essa solicitação, embora eu tenha projetos nessa área, não só nesse caso específico, mas contra os buldogues, que são bezerros de 120 dias e pesam 50 quilos, 60 quilos, que eu entendo como uma coisa desproporcional... Existem vários tipos dessa configuração que V.Exa. levanta. Tenho muito respeito ao trabalho de V.Exa. Eu sei, inclusive, que vai poder nos ajudar muito na questão do tráfico de animais silvestres, porque a Polícia Militar... Eu, quando Secretário de Meio Ambiente lá, tive um grande apoio da Polícia Militar, que era, à época, Polícia Florestal, e se transformou na Polícia Ambiental, muito competente.

Há um sentimento, meu caro Deputado Capitão. O grosso da Câmara pretende discutir essa questão, porque não é uma matéria isolada, é uma matéria que nós vamos ter que... E dentro do princípio que eu coloquei aqui: ouvirmos pessoas que, obviamente, têm interesse, e outras que não têm interesse, que se contraditam, até para a Câmara Federal formar um pouco de juízo nesse sentido.

Nós não vamos transformar — fique tranquilo — esta CPI na CPI dos Rodeios, mas os rodeios não podem deixar de ser um dos temas de discussão. Esta Comissão foi criada especificamente para a questão de maus-tratos. Existem muitas denúncias, existem aqueles que dizem que não há, no caso que V.Exa. citou, talvez no Canadá, não sei. Mas acho que é importante nós debatermos. Não há como fugirmos desse debate de maneira tranquila. Nós não estaremos aqui, de forma alguma, açodando posições no sentido de fazer com que a nossa prevaleça sobre as demais. Mas que cada um, obviamente, possa aqui externar a sua posição, e esse tema venha à pauta, porque há tantos anos se pretende fazer isso aqui e diria que hoje é uma grande oportunidade. Respeito a posição de V.Exa. Espero que possamos construir um bom debate nesse sentido.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Permita? *(Pausa.)*



Democraticamente — também sou democrático —, respeito a vontade da maioria. V.Exa. concorda em pegarmos uma relação nominal dos membros da CPI que concordam ou não com a retirada dos rodeios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós fazemos uma simbólica, agora.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Agora não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No final vão todas as proposições de alterações.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Nós temos só um terço, Presidente, dos membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Poderíamos fazê-lo extraoficialmente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu entendi, eu entendi, Capitão. Na hora em que se colocou que pode debater, que vamos debater... Para debater precisa estar na pauta. E aí, tudo isso que o senhor disse durante a discussão, no momento adequado, na Comissão, é falar isso aí, para esclarecer... Vai ter uma oportunidade, inclusive, para esclarecer. Eu mesmo tenho uma série de preconceitos com relação a rodeio que eu gostaria de ouvir. E a oportunidade para ouvir é na...

(Não identificado) - É no debate.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É no debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós estamos... Capitão Augusto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, se não colocarmos, se não discutirmos, se não aparecerem, vão permanecer determinados preconceitos. E para superar esses preconceitos e esclarecer, a oportunidade é na CPI. Vamos na tranquilidade, levar em frente, não vamos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Presidente, só para fazer... O que eu acho da questão é o que eu disse. Eu não me furto ao debate, porque tenho plena convicção do que estou dizendo. Tem muita gente que ainda acha que são amarrados os órgãos genitais do touro para ele poder pular. O pessoal não tem a mínima noção de como são feitas as coisas. Não me furto ao debate. E eu atesto, afianço que nós não vamos avançar, digamos, nesse tema, porque tenho a convicção de que será comprovado, realmente, que não há maus-tratos aos touros utilizados em rodeios. Em raras exceções alguém pode falar: *“Ah, mas num caso aconteceu”*. Isso são particularidades. Nós temos até uma lei regulamentando a questão da utilização dos touros de rodeios e também da profissão do peão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Mas a questão é justamente esta: temos aqui temas muito importantes nos quais poderemos avançar, temos realmente casos concretos de maus-tratos aos animais já divulgados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Capitão Augusto, só para elucidar. Nós estamos comentando aqui sobre a apresentação do plano de trabalho. Temos que apresentar requerimento tanto para a questão dos rodeios quanto para qualquer outro tema que aparecer. Cada requerimento será votado. Então, eu acho que a votação pode ser feita, sim. Agora, ela só seria simbólica, senão até derrubamos esta reunião. Se for apresentado um requerimento de rodeio, colocamos em votação, atendendo à vontade de V.Exa. Está certo?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Está bom. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu passo a palavra...

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Hã?

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Só uma questão de ordem sobre esse assunto.

Quando eu vi o requerimento para a criação da CPI, eu vim para esta CPI exatamente para entender essa discussão. No nosso Estado, se falar que vamos retirar rodeio, ou não ter rodeio, não sei o que será do Estado. É uma questão muito conceitual e cultural. Nesta época do ano, no interior, onde as pessoas não têm oportunidade de se relacionar, onde as pessoas passam boa parte do dia isoladas,



trabalhando nas suas propriedades, as festas de rodeio são uma forma de relação, de conagração. Não dá para imaginar nunca que lá, naquela região, na sua cultura, tirem a base do relacionamento social da pessoa. É diferente de uma área urbana, onde a pessoa não tem demanda de oportunidade de relacionamento.

Então, não tem como nós não discutirmos isso aqui. Eu acho que aqui temos que trazer esse sentimento e temos que dar um direcionamento. Senão, sempre fica essa guilhotina na cabeça dessas pessoas que estão lá no interior e têm isso como um grande ato social e um grande ato de convivência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Seguindo a sequência, Deputado Jean Wyllys. Depois, a Deputada Tereza Cristina.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou ser breve. Não sou membro desta CPI. Estou aqui à espera da próxima CPI, a dos crimes cibernéticos. Mas eu tenho uma ponderação para fazer ao Relator. Achei interessante a fala do Deputado Sachetti. Achei curiosa a fala de S.Exa., esse argumento é interessante. Gostaria que muita gente levasse isso em conta quando pensasse nos terreiros de candomblés e nos centros de umbanda que sacrificam um frango para a comunidade de santo comer e essa comunidade vem sendo estigmatizada de que maltrata os animais. Esse é um aspecto importante.

Eu queria fazer duas perguntas, Relator. Esta CPI vai encarar a deturpação do zelo aos animais que se expressa na acumulação, sobretudo, de gatos e cães, a multiplicação de acumuladores no Brasil inteiro? Eu sou vizinho de uma senhora que, num apartamento de 70 metros quadrados, cria 120 gatos, provocando um problema de saúde pública, do qual o Centro de Controle de Zoonoses não pode se isentar. Gato é animal doméstico, ali criado, mas está produzindo um problema para a comunidade.

Segundo, esta CPI vai enfrentar a indústria de alimentos? Vai saber em que condições são criados os animais, sobretudo o gado, que servem de bife suculento para as pessoas no almoço? Como eles são abatidos?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deputado Jean Wyllys, muito bem colocado. Eu acho que a sua intervenção demonstra que esta é uma Comissão sem preconceitos.



Nós queremos ouvir todos aqui. A ideia não é, obviamente... O que se está imaginando é que nós, o Ricardo e eu, criamos aqui uma CPI de ONGs contra produtores. Não. Nós queremos ouvir as pessoas que venham aqui obviamente externar a sua posição.

Agora, nós não podemos também deixar de mostrar que existem críticas a essas questões. É que nunca se conseguiu, aqui na Câmara Federal, abrir esse debate. Essa coisa dos acumuladores é um grave problema no Brasil inteiro. Por conta disso, é que nós estamos discutindo a questão da UIPA — União Internacional Protetora dos Animais, da SUIPA — Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, etc. Acho ótima a sua intervenção. Com certeza, eu não tenho representação para falar em nome de todos os membros da Comissão, mas não tenho dúvida de que quem está nesta Comissão veio para o enfrentamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra à Deputada Tereza Cristina, eu queria explicar que, quando fizemos o requerimento da CPI, colocamos nove fatos determinantes. É lógico que nós temos que investigar esses nove fatos, porque eles determinaram a abertura desta CPI. É lógico que, quando investigarmos um dos fatos, por exemplo, o do promotor que estava matando jumentos para servir de comida, ele leva a outro setor que seria o dos frigoríficos clandestinos de abate de equinos, de muares, etc.

Então, temos como meta nesta CPI nove fatos determinantes, mas podemos abrir o leque, porque um assunto vai levando ao outro.

Com a palavra a Deputada Tereza Cristina.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Bom dia a todos.

Deputado, eu tenho a mesma opinião do Deputado Adilton Sachetti sobre o problema dos rodeios. Não tenho medo nenhum de abriremos essa discussão. Eu acho que essa questão tem que ser discutida para ser esclarecida de uma vez por todas.

Eu acho pior, Deputado Capitão Augusto, dizermos que não vamos fazer, porque fica parecendo que há coisa errada. E eu acho que não há. Eu acho que hoje... E se houver... Nós colocamos aqui, desde o início, que esta CPI também, no seu final, vai ser propositiva, vai fazer encaminhamentos de ações e de regulamentações para os diversos casos que teremos que discutir aqui.



Agora, eu tenho uma preocupação e queria colocá-la aos senhores: eu acho que há muitos assuntos, e eu tenho um pouco de medo de nós nos perdermos. Então, eu acho que nós tínhamos que, realmente, focar nos assuntos mais graves de maus-tratos e talvez já entrar com requerimento de outra CPI ou de uma subcomissão em alguma Comissão, para tratar de assuntos relevantes que nós vamos ter. Com certeza, vão aparecer outros animais em pesquisa. Enfim, eu acho que há assunto aqui, vai sobrar assunto para esta CPI, para darmos continuidade. Então, o meu medo é perdermos o foco, e 120 dias passam muito rápido.

Era isso o que eu queria colocar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu só queria esclarecer a respeito da questão levantada aqui sobre dias e horários. Eu acho que se nós ficarmos terças e quintas-feiras, nós não vamos conseguir trabalhar bem nem num dia nem no outro, porque aqui, como todos sabem, os Deputados frequentam várias Comissões.

Quem sabe poderíamos já deixar estabelecido, Presidente, com os demais membros, quinta-feira às 9h30min. Não podemos perder essa sala. Já há uma Comissão aguardando para utilizá-la agora. Se nós fixamos quinta-feira às 9h30min, eu acho que seria...

Vejo a Deputada Mariana, que vai presidir a próxima reunião da Comissão dos casos cibernéticos.

Nós poderíamos fazer uma conjunção. Se estabelecêssemos quinta-feira às 9h30min ou 10 horas ou o horário que fosse, acho que seria mais tranquilo para que todos pudessem participar. Com 2 dias de reuniões, corremos muito risco de estar em uma e não poder estar em outra.

É a minha sugestão, Presidente.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu acho que nós vamos ter dificuldade em concluir o trabalho se fizermos só uma reunião por semana. Então, eu estou propondo terça-feira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu o acompanhei na Presidência.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Nós fazíamos três reuniões, terça, quarta e quinta, e assim mesmo não deu trato. Fazemos terça à tarde e quinta de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acompanhei a CPI de Próteses e Órteses, e o Presidente foi o Deputado Geraldo Resende, e lá nós tivemos dificuldade no tempo, fazendo três vezes por semana.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Inclusive, fazia audiência fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Porque muitas vezes você faz uma sessão só para deferir requerimentos, depois você tem que ter outra para oitivas. Então, nós deixamos guardadas as duas datas, e vamos utilizando conforme for precisando.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Minha proposta é que a quinta-feira seja data nossa. Obviamente, isso não impede que façamos outras reuniões não só aqui, mas acho que vai exigir muito mais de nós fora daqui, também, para garantir uma data. Senão nós vamos ficar aqui nesse: *“Então, vocês têm a terça, vocês têm a quinta, então, vamos trocar as datas, vamos trocar os horários”*. Então, eu acho que o ideal seria que todos pudessem participar. Esta é uma Comissão que, se não houver a participação maciça dos membros da Comissão, nós não vamos conseguir extrair um resultado que seja realmente o pensamento da Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso Presidente Ricardo Izar.

Quero lembrar que a CPI de Tráfico de Animais pode nos ajudar muito. Há trabalhos já na Casa também, para a gente não trabalhar com os mesmos assuntos, ou talvez possamos intensificar algum que seja necessário.

Como eu sou da região do norte de Minas Gerais, do polígono das secas, da área da SUDENE, quero verificar se a gente consegue apontar aqui um assunto que, para mim, é o maior maltrato com os animais. Numa priorização da água, que hoje é escassa, prioriza-se, claro, a água para beber e para humanos. Mas é



inadmissível a gente ver também o maior maltrato que acontece, especialmente na minha região, que é a falta de água para os animais.

Nós fizemos recentemente, na Comissão de Revitalização e Transposição de São Francisco, uma exposição de fotos de um grupo de jornalistas lá da minha região, com fotos mostrando essas mazelas, esses animais mortos. Então, eu gostaria muito que a gente pudesse focar também esse assunto que eu considero da maior relevância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, os Deputados que forem favoráveis à proposta definida no esboço do plano de trabalho do Relator permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Com as sugestões, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sim, com as sugestões. Na verdade, a gente está definindo esse plano de trabalho em... Na verdade, não são três, são quatro pontos: um que é referente aos nove fatos determinantes da CPI; um referente ao centro de zoonose e animais domésticos, que seria maus-tratos aos animais domésticos; o outro seria maus-tratos aos animais silvestres; e o outro seria maus-tratos aos animais exóticos e de espetáculos. Seriam esses pontos, não é isso?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Está o.k..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em votação.

Os favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A questão das sub-relatorias, a gente aprovando esse plano — V.Exas. querem fazer a discussão das sub-relatorias agora ou querem fazer na próxima sessão?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na próxima, porque vai ter mais gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bem.

Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até ontem, dia 12 de março.



Em razão de haver na pauta requerimentos de minha autoria, solicito à Deputada Tereza Cristina que assuma a presidência dos trabalhos, para que possamos deliberar sobre os referidos requerimentos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, ficaram estabelecidas as terças e as quintas ou só a quinta-feira? Não ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Damos preferência para quinta-feira. Se precisar ter uma na terça, avisamos.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - Relator Ricardo, ficou para terça de manhã ou terça à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Terça-feira seria na parte da tarde; e quinta-feira, na parte da manhã.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Bom, nós temos aqui o primeiro requerimento:

Requerimento nº 1, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, *que “requer a realização de audiência pública para esclarecer exploração de dromedários, visando o turismo, nas praias do Rio Grande do Norte, com a presença dos seguintes convidados”*: José Mairton Figueiredo de França, Secretário do Estado de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte; Ruy Pereira Gaspar, Secretário de Turismo do Rio Grande do Norte; representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Carlos Eduardo Nunes Alves, Prefeito do Município de Natal; Philippe Landry, proprietário da empresa Dromedunas; e Fábio Chaves, morador da cidade de São Paulo, responsável pela criação da petição pública contra o uso de dromedários no Rio Grande do Norte.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovarem o Requerimento nº 01/15, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 2, de 2015, do Sr. Ricardo Izar *que “requer a realização de audiência pública para esclarecer os maus-tratos a animais no Instituto Royal, situado no Município de São Roque - SP, a oitiva dos convocados a prestar*



esclarecimentos aqui listados”: Silvia Ortiz, Diretora-Geral do Instituto Royal — por favor, peço que façam um pouco de silêncio —; Aline Pimentel Zanzeri, funcionária do Instituto Royal; Denise Tabacchi Fantoni, Presidente do CEUA — Comissão de Ética no Uso de Animais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo; Sérgio Greif, Biólogo formado pela UNICAMP e mestre em ciências da Nutrição, pela mesma Universidade; Franklin Alarcon, Biólogo da ONG Cruelty Free International; e Carlos Zanetti, professor da Faculdade Federal de Santa Catarina.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Quero discutir o requerimento.

Eu estou achando, até também por experiência, que há muitos convidados. Há seis convidados. Então, se nós formos dar de 10 a 15 minutos para cada convidado e mais a participação, vamos ficar a tarde toda nesta audiência que deverá, no mínimo, durar de 4 a 5 horas.

Então, estou propondo que a gente possa votar isso hoje, mas que a gente possa ter um padrão de, no máximo, quatro convidados.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Vamos tentar manter os quatro, eu aceito.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Então, os quatro convidados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então, aceito a sugestão do Deputado Geraldo Resende.

Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria de dar um aviso aos membros da CPI dos Crimes Cibernéticos: que a reunião acontecerá no Plenário 11. Muito obrigada.

Requerimento nº 3/15, do Sr. Deputado Ricardo Izar, que *“requer a realização de audiência pública com a convocação do Exmo. Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro, para prestar esclarecimentos sobre a destinação de recursos para o controle populacional de animais e combate às zoonoses”*.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidenta, eu queria fazer uma sugestão: em vez de convocação, fazer um convite.



O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu aceito, mas ele vindo. Porque eu vou só explicar um negócio, Deputado: eu estou há 5 anos tentando falar com qualquer um dos Ministros da Saúde que passaram sobre o assunto de controle populacional de animais e combate à zoonose, mas nunca fui atendido. Então, ele vindo, não tem problema algum. Vamos passar para convite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então, aprovado o requerimento, na forma de convite, por sugestão do Deputado Nilto Tatto.

Os que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 4/15, do Sr. Ricardo Izar, que *“requer a realização de audiência pública para esclarecer a matança de cães que teria ocorrido na cidade de Santa Cruz do Arari - PA, a oitiva dos convocados a prestar esclarecimentos aqui listados abaixo”*: Marcelo Pamplona, Prefeito da cidade de Santa Cruz do Arari; Aragonei dos Santos Bandeira, denunciante da matança de cães; e o representante do Ministério Público do Estado do Pará.

Os Deputados que aprovarem o Requerimento nº 4 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Izar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Na verdade, só o Ministério Público estou transformando para convite. Os outros ficam na convocação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Ok.

Então, aprovado.

Bom, não tendo mais matérias, passo...

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Fique com a Presidência e encerra os trabalhos, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então, eu agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, convoco para a reunião — será quinta-feira a próxima reunião?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Quinta-feira. Quando é que está marcada a próxima?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Terça-feira.



O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Quinta-feira.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Terça-feira.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Terça-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - A que horas?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Terça-feira, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Em plenário a ser definido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Convoco para terça-feira, às 14 horas, em plenário a ser definido.

Declaro encerrada a reunião.

Muito obrigada. Bom dia a todos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sob a condução magnífica de V.Exa.!